



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

X Legislatura

Número: 6

I Sessão Legislativa

Horta, sexta-feira, 23 de novembro de 2012

Presidente: *Deputada Ana Luís*

Secretários: *Deputada Bárbara Chaves e Deputado Valdemiro Vasconcelos*

Plenário Extraordinário

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 11 minutos.

Iniciados os trabalhos com a chamada dos Srs. Deputados, foi votado por maioria, após a leitura pela Sra. Secretária da Mesa, um requerimento para aditamento de mais um ponto na Agenda da Reunião.

Posteriormente, entrou-se na Agenda da Reunião onde estiveram em debate, e posteriormente em votação, os seguintes pontos:

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 5/X – “pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII – aprova o Orçamento de Estado para 2013”,** apresentado pela

Representação Parlamentar do PCP, o qual foi aprovado por maioria, após justificação da urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*).

- **Projeto de Resolução n.º 5/X** – “pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII – aprova o Orçamento de Estado para 2013”.

Após a intervenção de apresentação do referido diploma pelo Sr. Deputado Aníbal Pires (*PCP*), deu-se continuidade ao debate onde usaram da palavra os Srs. Deputados Duarte Freitas (*PSD*), Francisco César (*PS*), Zuraída Soares (*BE*), Artur Lima (*CDS-PP*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*).

Submetido à votação o diploma foi aprovado por maioria.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS-PP*), Zuraída Soares (*BE*) e Francisco César (*PS*).

- **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 7/X** – “Pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA)”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e Representações Parlamentares do BE e PCP, o qual foi aprovado por unanimidade.

- **Projeto de Resolução n.º 7/X** – “Pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA)”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e Representações Parlamentares do BE e PCP.

Após o debate, onde participaram os Srs. Deputados Berto Messias (*PS*), Duarte Freitas (*PSD*), Zuraída Soares (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), Artur Lima (*CDS-PP*) e o Sr. Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*), o diploma foi aprovado por unanimidade.

Proferiram declarações de voto os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e a Sra. Deputada Zuraída Soares (*BE*).

Na sequência da declaração de voto do Sr. Deputado Paulo Estêvão usou da palavra o Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (*Sérgio Ávila*), para interpelar a Mesa.

Os trabalhos terminaram às 12 horas e 31 minutos.

Presidente: Bom dia a todos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos.

Peço ao Sr. Secretário para proceder à chamada.

Eram 10 horas e 12 minutos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

André Cláudio Gambão Rodrigues

Arlinda Maria Focha Nunes

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Catarina Paula Moniz Furtado

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da Costa

Domingos Manuel Cristiano Oliveira da Cunha

Duarte Manuel Braga Moreira

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Iasalde Fraga Nunes

Isabel Maria Duarte de Almeida Rodrigues

José António Vieira da Silva Contente

José Manuel Gregório de Ávila

Lara Fernandes Martinho

Lizuarde Manuel Machado
Lúcio Manuel da Silva Rodrigues
Luís Carlos Martins Maciel
Manuel Alberto da Silva Pereira
Maria da **Graça Oliveira Silva**
Marta Cristina Moniz do Couto
Miguel António Moniz da Costa
Paulo Alexandre Vieira Borges
Pilar Sousa Lima Damião de Medeiros
Renata Correia Botelho
Ricardo Manuel Viveiros Cabral
Rogério Paulo Lopes Soares Veiros

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral
António Augusto Baptista Soares Marinho
António Lima Cardoso Ventura
António Oldemiro das Neves Pedroso
Berta Maria Correia Almeida Melo Cabral
Bruno Filipe de Freitas Belo
Cláudio Borges Almeida
Cláudio José Gomes Lopes
Duarte Nuno D'Ávila Martins de Freitas
Humberto Trindade Borges de Melo
João Luís Bruto da Costa Machado da Costa
Jorge Alberto da Costa Pereira
Jorge Manuel de Almada Macedo
José Maria de Medeiros Andrade
Luís Carlos Correia Garcia
Luís Maurício Mendonça Santos

Luís Miguel Forjaz Rendeiro

Maria **Judite** Gomes **Parreira**

Renato Jonas de Sousa Linhares **Cordeiro**

Valdemiro Adolfo dos Santos **Vasconcelos**

Centro Democrático Social/Partido Popular (CDS-PP)

Artur Manuel Leal de **Lima**

Nuno Alberto Lopes **Melo Alves**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Bloco de Esquerda (BE)

Zuraida Maria de Almeida **Soares**

Partido Comunista Português (PCP)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços **Estêvão**

Presidente: Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, antes de entrarmos na Agenda da Reunião, informo o plenário que foi entregue à Mesa da Assembleia um requerimento que peço à Sra. Secretária o favor de ler.

Secretária: Bom dia.

“Requerimento

Nos termos do disposto do nº 2 do artigo 52º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, os deputados abaixo-assinados vêm, pelo presente, requerer a V. Exa. a inclusão na Agenda do plenário extraordinário do seguinte ponto adicional:

- Projeto de Resolução – “pronúncia por iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores para a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas”.

Assina um conjunto de Deputados.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para...?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma interpelação à Mesa.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Sobre este Projeto de Resolução da Lei de Finanças Regionais, o CDS também é subscritor e não consta no que foi distribuído.

Presidente: Não consta do que foi distribuído? Peço desculpa, deve ter sido um lapso dos serviços, porque quer no Projeto de Resolução, quer no requerimento, consta a sua assinatura.

Eu vou pedir aos serviços que façam o favor de corrigir. Peço desculpa pelo lapso.

Obrigada, Sr. Deputado.

Obrigada, também à Sra. Secretária.

Sras. e Srs. Deputados, diz o nosso Regimento, no nº 2 do artigo 87º, que admitidos os requerimentos estes são imediatamente votados sem discussão e sem declarações de voto.

Por isso vamos passar à votação do requerimento apresentado.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O requerimento foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 20 votos a favor do PSD, 3 votos a favor do CDS-PP, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: Tendo sido aprovado o requerimento, a Agenda da Reunião contará com um ponto adicional referente à matéria indicada, pelo que solicito aos serviços que procedam à distribuição pelas Sras. e Srs. Deputados da nova Agenda e

também peço que corrijam na distribuição que fizeram o facto de não estar incluído o Partido Popular como subscritor deste Projeto de Resolução.

Sendo assim penso que estamos em condições de entrar no primeiro ponto da Agenda da Reunião que se relaciona com o **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 5/X – “pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores sobre a Proposta de Lei n.º 103/XII – aprova o Orçamento de Estado para 2013”**, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP)**: Obrigado, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo:

A importância do plenário da Assembleia discutir esta iniciativa do PCP, que pretende que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores se pronuncie sobre o Orçamento de Estado tem a ver com o tempo.

O Orçamento de Estado está na fase final de discussão. Vai ser aprovado no dia 27. Entretanto, inclui matérias que consideramos lesivas e invasivas da própria Autonomia Regional.

Portanto, para a Representação Parlamentar do PCP é urgente que o plenário se pronuncie sobre esta matéria.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Não havendo, penso que estamos em condições de votar de imediato o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado com 29 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 3 votos contra do CDS-PP, 1 voto contra do PPM e 20 abstenções do PSD.

Presidente: Obrigada, Sra. Secretária.

O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado, pelo que vamos entrar no ponto 2 da nossa Agenda.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires para apresentar o Projeto de Resolução.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

A proposta de Orçamento de Estado é um passo sem precedentes no rumo de destruição do país que tem sido levado a cabo pelo Governo PSD/CDS.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah!

O Orador: O assalto fiscal às famílias, os cortes nas funções sociais do Estado, a imposição de uma austeridade sem limites são a continuação agravada do rumo do desastre que está a lançar o país no caos.

Este orçamento é uma máquina de fazer pobres, ao multiplicar o desemprego – e é o próprio Governo que assume, com uma indiferença desumana, a previsão de mais 150 mil desempregados durante o próximo ano –, ao roubar salários e pensões, ao cortar em todas as prestações sociais, incluindo o próprio subsídio de desemprego!

Ao paralisar a economia, ao ampliar enormemente a carga fiscal sobre as empresas, como com o aumento do IVA para a restauração, ao cortar no investimento do Estado, este orçamento é mais um passo decidido para lançar o país no caos e garantir que, tal como a Grécia, teremos de pedir um segundo resgate, sob condições ainda mais penosas.

Ao dismantelar as mais básicas funções sociais do Estado, cortando na saúde, na educação, na solidariedade, e, mais recentemente lançando a ideia de refundar o papel do Estado, este Orçamento é sobretudo o ajuste de contas da velha direita com o Estado Social e com os direitos dos portugueses conquistados na Revolução de Abril. PSD e CDS querem reescrever o contrato social, acabar com o Estado

Direito e transformá-lo numa máquina repressiva e autoritária para governar um país empobrecido e subjugado aos interesses estrangeiros.

Dizem-nos que o Estado gastou mais do que devia nos últimos anos. Mas para onde foi esse dinheiro? Para a saúde? Para a educação? Para as reformas? Não, senhores Deputados, foi para o BPN e para o BPP, para recapitalizar a banca, para os benefícios do offshore da Madeira, para as manobras da Jerónimo Martins, fugindo ao pagamento dos impostos. Foi para aqui que foi o dinheiro e não para beneficiar os portugueses!

PSD e CDS responsabilizam sempre os anteriores governos do PS, mas esquecem-se de dizer que foram eles mesmos, PSD e CDS que foram, durante estes anos, os melhores amigos da governação do PS.

E nem é preciso recordar quem assinou o Pacto com a troika. Veja-se quem viabilizou o Orçamento para 2010: PSD e CDS; o Orçamento para 2011 e os PEC 1, 2 e 3: foi o PSD!

Mas não foi só agora: Orçamento para 1996 — viabilizado pela abstenção do CDS e do PSD/Madeira; Orçamentos para 1997, 1998 e 1999 — viabilizados com a abstenção do PSD; Orçamento para 2000 — viabilizado pelo CDS; Orçamento para 2001 — viabilizado pelo Deputado do CDS Daniel Campelo; Orçamento para 2002 — viabilizado pelo Deputado independente Daniel Campelo, que, aliás, rapidamente voltou para o CDS-PP, provando que era tudo jogo combinado com a direção do CDS, sendo hoje, até, Secretário de Estado do atual Governo.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): E ainda bem!

O Orador: Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

Está visto que nada faz recuar este Governo, na sua cruzada reacionária contra o Portugal moderno e democrático.

Se a Autonomia dos Açores atrapalha, então, cilindra-se a Autonomia, abandonam-se os deveres do Estado para com a Região e desrespeita-se a Constituição, o Estatuto Político-Administrativo e as regras mais básicas da lealdade institucional. Para lá da apreciação que cada de nós faz do rumo que Passos Coelho e Paulo Portas estão a imprimir ao país, a verdade é que esta Proposta de Orçamento de

Estado prejudica, a muitos níveis, a nossa Região. Este é um dado objetivo e inegável.

E bem pode a direita vir tentar negá-lo. Bem pode a direita vir tentar negá-lo. Bem podem o PSD e CDS-PP nos Açores tentar desviar as atenções com a estafada cassete da necessidade dos sacrifícios, ou com o bluff do meio por cento de alteração no valor da sobretaxa de IRS.

Se assumirem essa postura estarão a demonstrar claramente aos açorianos que estão do lado de lá e não do lado de cá! Ao tentarem defender este inenarrável Orçamento, PSD e CDS estarão a demonstrar que são apenas os agentes de Passos Coelho e Paulo Portas nos Açores!

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo:

A nossa proposta procurou encontrar o consenso na defesa dos direitos dos Açores e, por isso, limitámos o seu âmbito às matérias que de forma mais direta violam a Lei e o Estatuto Político-Administrativo. Também por isso, apresentámos uma proposta de substituição que completa e valoriza o texto inicial.

Permita-me aqui uns parênteses, Sra. Presidente. Esta proposta de substituição necessita de ser corrigida porque tem um erro de concordância, no terceiro parágrafo da segunda página. E, no ponto cinco da parte resolutiva, na penúltima linha, não é Lei de Finanças Locais. Naturalmente é Lei das Finanças Regionais.

Também por isso apresentámos uma proposta de substituição que completa e valoriza o texto inicial, mas continuamos abertos a receber mais sugestões, de todas as bancadas, que permitam construir um posicionamento sólido, consensual e firme na defesa da Autonomia e dos direitos do povo açorianos.

Presidente: Muito obrigada, Sr. Deputado.

Vamos dar início ao debate.

Os tempos foram definidos em conferência de líderes, dispondo os Grupos e Representações Parlamentares, assim como o Governo, de 10 minutos para o debate.

Estão abertas as inscrições.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

O posicionamento do Partido Social Democrata dos Açores sobre esta matéria, se tivesse ainda qualquer dúvida, depois da intervenção radical e palavrosa que ouvimos aqui do Sr. Deputado Aníbal Pires, tinha tido a nossa definição de inclinação de votação claramente esclarecida.

Mas a verdade é que o PSD-Açores sempre entendeu que era importante que este Parlamento desse parecer sobre o Orçamento de Estado.

Afinal estávamos em condições de o fazer dentro dos trâmites usuais de pronúncio...

Deputado José San-Bento (PS): Parece que não!

O Orador: ... isto é, através da Comissão Parlamentar competente.

Não foi esse o caminho que foi tomado.

Em fase do anúncio de um Projeto de Resolução do PCP ficámos naturalmente expectantes que todos soubessem colocar as questões institucionais no seu devido lugar, isto é, à frente das questões político-partidárias.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: Não foi isso que aconteceu.

A Resolução do PCP vestiu-se no conteúdo, no processo e no agendamento e discussão num manifesto sectário, como aliás acabou de ser aqui, e muito bem, provado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Não vamos alinhar na chicana política e numa posição ideológica do PCP, aproveitada pelo Partido Socialista.

Deputado Aníbal Pires (PCP): A gente já conversa!

O Orador: O PSD-Açores vai votar contra este Projeto de Resolução, não porque o Orçamento de Estado seja bom para os Açores ou para o país, ou por concordar com uma boa parte das medidas que lá estão inscritas.

Deputado Francisco César (PS): Então?!

O Orador: O Orçamento de Estado é o que é.

Ele resulta de compromissos internacionais assumidos na sequência do colapso das contas públicas nacionais, aquilo a que história designará a bancarrota de Sócrates e do Partido Socialista.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O PSD-Açores vai votar contra este Projeto de Resolução porque ele é acima de tudo incoerente...

Deputado Francisco César (PS): Não tem mais nada para dizer!

O Orador: ... e baseado numa linguagem radical, que aqui foi bem expressa, na qual não nos revemos.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Não achamos que este Parlamento, institucionalmente, se possa rever numa linguagem deste tipo para se pronunciar sobre o que quer que seja.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Em bom rigor, alguns dos pontos, aliás, deste Projeto de Resolução, podiam ser enviados ao Governo Regional.

Não é o Orçamento de Estado que procura impor a política orçamental da Região Autónoma dos Açores.

Foi o Governo Regional que se comprometeu a adotar muitas políticas através da assinatura do Memorando...

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Não apoiado!

O Orador: ... tal e qual como propôs ao Governo da República.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM)

É bom lembrar as palavras do Governo Regional que disse que o Memorando que tinha assinado estava tal qual como o próprio Governo Regional o tinha proposto. É muito bom sublinhar isto, porque tudo aquilo que ali está foi proposto pelo Governo Regional. Não foi imposto pelo Governo da República! Foi proposto pelo Governo Regional dos Açores.

No caso da retenção indevida dos montantes da sobretaxa do IRS, como anunciei ontem, os Deputados do PSD-Açores, na Assembleia da República, agirão em conformidade com a posição que aqui assumimos que essas verbas pertencem à Região.

Deputado Francisco César (PS): Por que é que validaram o Orçamento, depois do PSD ter dito que votava contra?

Isso é uma fantochada!

O Orador: A discussão que hoje aqui estamos a ter é a negação por parte de alguns de tudo o que foi dito durante a discussão do Programa do Governo.

O PCP, neste caso, até mantém a coerência.

O Partido Socialista, pelos vistos, é que não!

O Partido Socialista, um dia, através ou do seu dirigente máximo ou do Presidente do Governo, diz que está disponível para colaborar, depois, num acesso de bipolaridade, o que o Grupo Parlamentar do PS faz é continuar o discurso eleitoral de pancadaria no Governo da República.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Quanto a isto nós já tirámos as ilações dos resultados eleitorais.

Já passámos a fase da campanha eleitoral.

Agora estamos aqui vestidos numa instituição que é a Casa maior da Autonomia dos Açores.

É bom que todos estejamos cientes disto.

O PSD quando se disponibiliza para dialogar, para colaborar, tem que perceber também que isto é uma posição institucional. Esperava-se do maior partido desta Casa outro tipo de postura mais madura e mais institucional.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Votaremos contra este Projeto de Resolução a exemplo também do que vamos fazer em relação à Lei de Finanças das Regiões Autónomas. Vamos ser coerentes! Vamos defender institucionalmente sempre o interesse dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Grande argumento! É melhor arranjar outra argumentação!

O Orador: Institucionalmente, defender os interesses dos Açores, é dar a mão, é ajudar esta Casa e o Governo para que defendamos os conteúdos importantes da Lei de Finanças das Regiões Autónomas. É isso que vamos fazer já a seguir votando uma proposta que, aliás, subscrevemos.

Pelo contrário, não podemos votar a favor desta proposta porque ela não defende institucionalmente esta Casa, nem dignifica esta Casa no conteúdo, tal como ele está, e no processo como foi trazida esta matéria aqui.

O PSD-Açores coloca o interesse dos Açores acima de qualquer questiúncula partidária e não usa (repito: não usa!) nem agora, nem nunca vai usar, a Autonomia para fazer mera guerra partidária.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Berto Messias (PS): Esperamos que os Deputados da Assembleia da República votem contra, após a sua intervenção!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco César.

(*) Deputado Francisco César (PS): Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Duarte Freitas, do PSD, proclama aos 7 ventos o diálogo, defende aos 7 ventos o diálogo e a consequência do seu diálogo é o voto contra ao Programa do Governo e o voto contra esta Resolução.

Vozes dos Deputados da bancada o PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Pois bem, Sr. Deputado! Como nós o percebemos!

Após um ano e meio de políticas no continente o senhor vem cá tentar disfarçar o fracasso da proposta de Orçamento de Estado para 2013 que traz um conjunto de políticas nefastas e que trarão efeitos práticos e trágicos para o nosso país.

Este Orçamento de Estado é uma verdadeira brutalidade sobre os portugueses!

Este Orçamento de Estado é a afirmação de um rumo ruinoso para o nosso país!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Todos nós sabemos as consequências que ele irá ter e que tem trazido para o nosso país.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: As consequências do descalabro económico, o acentuar do desemprego, a asfixia das pequenas empresas, o aumento das falências e das insolvências, ...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Jerónimo de Sousa não diria melhor!

O Orador: ... o ataque ao Poder Local, o desrespeito pela nossa Autonomia, o fim da classe média, esta conquista de Abril de 74.

Na prática, aquilo que este Orçamento de Estado nos condena é o país à democratização da miséria.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

O Orador: Tudo em nome de quê, Srs. Deputados?

Em nome de um ajustamento orçamental como todos nós temos vindo a verificar pelos recentes resultados, pelas estatísticas e até por declarações por responsáveis internacionais, por um ajustamento orçamental que não funcionou, que não está a funcionar e nem vai funcionar.

Este é um Orçamento que, para além de tudo, atenta contra a nossa Autonomia e atenta contra as leis fundamentais do nosso Estado.

Este é um Orçamento de Estado que relativamente aos Açores viola um acordo assinado de boa-fé entre os Açores e o Estado Português. Porquê? Porque viola o princípio do progressivo equilíbrio orçamental. Como? Aumentando em mais de 33% os encargos da nossa Região, enquanto entidade empregadora.

Este Orçamento de Estado ao mesmo tempo que tenta obrigar e que obriga os Açores a pagar um dos subsídios aos seus trabalhadores, facto que obviamente nós aceitamos de bom grado, a primeira coisa que vem fazer a seguir é lançar uma taxa de 3,5% de uma forma que não podemos acreditar, de uma forma ilegal e que

penaliza todos os açorianos, pois não é receita, como deveria ser, da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Rogério Veiros (PS): Aliás isso vai contra àquilo que disseram ontem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É o roubo!

O Orador: Estas medidas promovem um autêntico roubo aos Açores e aos açorianos.

Da mesma forma que este mesmo Governo da República não paga o que nos deve em relação à saúde...

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: ... é o mesmo Governo que pretende obrigar a Região a assumir a responsabilidade financeira pelos cuidados de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde aos açorianos.

Estão a tratar os açorianos como portugueses de segunda e os senhores ainda não se revoltaram contra esta matéria.

Este Governo, que é tão rigoroso com a Região Autónoma dos Açores, é o mesmo que se recusa a rever os encargos dos tarifários elétricos, é o mesmo que não quer taxar as PPP, é o mesmo que ao mínimo espiro de Alberto João Jardim vai a correr para injetar 1100 milhões de euros na Madeira, beneficiando claramente o infrator e prejudicando claramente aqueles que, como nós sempre cumprimos os nossos compromissos.

Este é o mesmo Governo que tem uma ânsia privatizadora, sem precedentes na história de Portugal. Parece mais interessado em fazer grandes negócios do que propriamente cuidar do problema que o País está a atravessar. Negócios que poucos percebem para que é que servem e para quem interessa.

Há uma coisa que nós vos podemos garantir: cada despesa que nos imputarem, cada receita que nos tirarem, garantimos que irá ter um efeito nulo nas contas do Estado.

Este é o compromisso que nós assumimos e que vamos cumprir.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Este é um momento decisivo. Este é o momento da verdade, porque este Orçamento de Estado é uma autêntica declaração de guerra ao povo português. Por

isso está na hora de convocar todos os nossos esforços, todas as nossas forças para responder aos anseios dos açorianos que nos estão a ver e responsabilizar esta Assembleia para lutar contra este Orçamento de Estado, para pôr de lado as guerrilhas partidárias. Porquê? Porque nós necessitamos de combater este Orçamento de Estado, pelos Açores, pela nossa autonomia. Nós sabemos que os açorianos não irão deixar o nosso património autonómico ficar em causa.

Nós, PS, não iremos hipotecar o nosso património autonómico. Nós não vamos deixar os Açores subjugados ao centralismo. Nós afirmamos aqui o nosso desejo de lutar contra este Orçamento de Estado, porque como dizia Mário Soares, “só perde verdadeiramente quem desiste de lutar”.

Nós não desistimos de lutar!

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Zuraída Soares.

Deputada Zuraída Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Diz o povo que a verdade é como o azeite: vem sempre ao de cima.

O Partido Socialista, em 2011, chamou a troika para evitar a chamada bancarrota do País.

Logo se apressaram PSD e CDS a dar cobertura política a este argumento e todos, em conjunto, desencadearam uma operação de propaganda e chantagem sobre o povo português.

Nesta campanha de autêntico pânico, lançada sobre a população portuguesa, avultava (em nome desta chantagem) o *slogan* de que o Estado não tinha dinheiro para pagar salários e pensões.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Era mentira?

A Oradora: É! Já lhe vou mostrar.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Completamente!

A Oradora: Afirmou o Bloco de Esquerda, na ocasião, que esta argumentação era falsa e que mais não era do que uma manobra, para acorrentar o País a uma linha política e económica que dominava os principais países europeus: a de que a salvação da banca europeia era o alfa e o ómega desta política, acompanhada da asiaticização das relações laborais.

Não negámos as dificuldades, mas assumimos que a dívida externa era – como continua a ser – a principal sanguessuga da nossa economia e que o caminho a ser iniciado, naquela altura, nos iria levar a uma recessão inaudita, acompanhada por um desastre social jamais visto, em democracia.

Na altura, a companhia para esta tese era pequena, sabemo-lo bem.

Hoje, a mesma tese (ou aproximações a ela) é cada vez mais forte, na sociedade portuguesa.

A vida provou-a e a distância temporal (embora pequena) ajuda a desatar as línguas e os pensamentos.

Chamo a atenção de quem, nesta Casa, clamava (e continua a clamar) que, se não fosse o pedido de resgate, não haveria dinheiro para pensões e salários. Chamo a atenção para a leitura de um livro publicado, recentemente, por Emanuel dos Santos.

Este Senhor foi tão só Secretário de Estado do Orçamento, entre 2005 e 2011. Neste livro, o autor prova de forma inegável que, tanto na primeira metade, como no conjunto de 2011, o valor dos custos dos salários do Estado estava totalmente coberto, pelas receitas de alguns dos impostos e as pensões eram garantidas, por receitas superiores da Segurança Social.

É, portanto, a dívida que nos sufoca e, por isso (como sempre dissemos), impõe-se reestruturá-la e anular uma parte do seu stock, conseguindo, simultaneamente, melhores juros e garantias.

O que se está a pagar a mais não é o Estado Social, ou os serviços públicos, mas sim os juros da dívida, que crescem sempre.

Tendo em conta esta reflexão, o Orçamento de Estado a que, agora, somos chamados a dar parecer, é uma catástrofe para o País. Na continuidade dos PEC's e do Orçamento de 2011, aí está mais um passo de gigante para o empobrecimento

das pessoas, mais um passo para a miséria que grassa, mais um passo para o desemprego galopante e para a falência de mais e mais empresas.

Mas o que os/as Portugueses/as veem de forma clara é que, apesar deste autêntico terramoto nas suas vidas, a dívida continua a aumentar, os juros são escandalosos e o défice orçamental não atinge os objetivos.

Prosseguir este caminho é aprofundar o desastre. Também por isso, o Bloco de Esquerda, não só vota contra este Orçamento, como afirma que só há uma forma de evitar o cadafalso, para onde o governo PSD/CDS nos levam: é demiti-lo.

Demiti-lo, antes que este cadafalso se agrave, inevitavelmente, nos Açores. Demiti-lo, antes que o ataque intentado, de forma inconstitucional, contra a nossa Autonomia, nos faça retroceder décadas. Demiti-lo, antes que ele se atreva a penalizar, duplamente, quem aqui vive e daqui não quer sair. Demiti-lo, também depende de nós, Açorianos e Açorianas.

Votaremos por isso favoravelmente o Projeto de Resolução agora em debate, porque a verdade, Sras. e Srs. Deputados, não pode ser outra coisa senão absolutamente radical.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Não se estranha que da esquerda e da extrema-esquerda radical do PCP e do BE, venha este discurso. O que se estranha é o PS ter o discurso que acabou de ter aqui pela voz do Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Foi muito bom! Dou-lhe os meus parabéns!

O Orador: Quando o Governo dos Açores se propõe dialogar com o Governo da República, tem o seu braço armado de guerrilheiro no Grupo Parlamentar, para fazer guerrilha ao Governo da República, perdendo assim o Governo Regional toda a credibilidade para ser tido como parceiro de boa-fé, perante o Governo da

República, com esta guerrilha que o Grupo Parlamentar faz ao Governo da República.

O Sr. Deputado Francisco César devia lembrar-se do PEC I, PEC II, PEC III, PEC IV ...

Deputado Francisco César (PS): E nos Açores?

O Orador: ... e de quem fez a dívida, a dívida toda, irresponsável, para os portugueses pagarem. Isso o senhor não diz, mas deveria dizer.

Agora, estranho muito que esta região com contas equilibradas, uma região modelo, a região que não tem dívidas, esteja aflita com o Orçamento de Estado.

A Região que sempre foi o modelo de *superavit*, sempre foi o modelo de contas equilibradas, afinal não é verdade! Há “gato escondido com rabo de fora”!

Deputado Aníbal Pires (PCP): A demagogia tem limites!

O Orador: Afinal, os senhores estão com medo de alguma coisa! Têm que dizer o que é. Os senhores estão com medo de alguma coisa!

À pública dívida da saúde os senhores têm que acrescentar outra.

Sr. Deputado Francisco César, não estranhe que uma unidade de saúde do continente exija dinheiro, porque isso já foi denunciado há anos, por mim, nesta Casa.

Sabe o que é que os senhores disseram? Nada! Nem sequer as receitas – está aqui quem sabe – eram aceites. Nem sequer as receitas passadas pelos médicos dos Açores. Por ação do Secretário, da altura, com muita negociação, passaram a ser, em 2009.

O senhor não estranhe, Sr. Deputado Francisco César. Se eu quiser ir ao hospital de Ponta Delgada, se lá chegar e não levar uma credencial, não sou tratado, porque a conta é imputada ao hospital de Angra, que é o meu hospital de referência. Isso o senhor não estranhe.

É isso que se passa: dívidas entre unidades de saúde da Região Autónoma dos Açores. É a mesma coisa Sr. Deputado, mas isso o senhor não corrige nem a sua bancada, nem o seu Governo.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Está a perceber, Sr. Deputado?

Deputado Francisco César (PS): Então concorda!

O Orador: O que é lamentável é a demagogia em estado purificado que o senhor vem para aqui fazer.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O mestre da demagogia!

O Orador: O que é lamentável é o PS, um partido de Governo associar-se, a um apêndice de extrema-esquerda, revolucionário, antidemocrático e os senhores vêm aqui fazer isso.

Deputado José San-Bento (PS): Da Coreia do norte!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Daqui a pouco estamos na Ásia!

O Orador: Mas o que o Sr. Deputado Francisco César deve ler é o Memorando de entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Isso é que o senhor devia ler e saber na ponta da língua.

Considerando que o Governo da Região Autónoma dos Açores solicitou ao Governo da República a concessão de um empréstimo de 135 milhões de euros, com prazo de maturidade de 10 anos (e ainda mais 50 milhões se for necessário);

Considerando que quem pediu foi o Governo dos Açores;

Considerando o ponto 7, que vou ler novamente nesta Casa: “O Governo Regional dos Açores, durante a vigência do presente Memorando, compromete-se ...”

Deputado Francisco César (PS): Pode fugir o que quiser, mas fale dos Açores. Isto é uma manobra de diversão!

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pura demagogia!

Presidente: Continue Sr. Deputado Artur Lima.

Srs. Deputados deixem o Sr. Deputado continuar.

Sr. Deputado Artur Lima faça favor de continuar. Penso que está em condições de continuar no uso da palavra.

O Orador: Posso continuar, Sra. Presidente? Muito obrigado.

Ponto 7 do Memorando: “O Governo Regional dos Açores, compromete-se a aplicar na Região Autónoma dos Açores, todas as medidas previstas em Lei do Orçamento de Estado”.

Os senhores é que se comprometeram! Agora não podem ser contra! Os senhores é que aceitaram! Os senhores é que propuseram!

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dentro do quadro estatutário institucional!

O Orador: Os senhores é que hipotecaram os Açores. Os senhores é que venderam a Autonomia! Está aqui escrito.

Vozes dos Deputados da bancada do CDS-PP e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Os senhores venderam a Autonomia!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Tenha respeito pelo povo açoriano!

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Artur Lima está no uso da palavra. Faça favor.

O Orador: “ ... compromete-se a aplicar na Região Autónoma dos Açores, todas as medidas previstas em Lei do Orçamento de Estado (é o que aqui está escrito), que respeitem direta ou indiretamente a quaisquer remunerações de trabalhadores

Deputado Francisco César (PS): E a seguir?

O Orador: ... em funções públicas, bem como aos demais trabalhadores do setor público empresarial, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias, que visem aumentar os níveis de despesa, projetado em resultado...”

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Ah!

O Orador: Não é ah!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: É!

O Orador: Os senhores não podem aplicar medidas compensatórias.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): É mentira!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, o senhor volta-me a chamar mentiroso mais uma vez ...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Eu não lhe chamei mentiroso!

O Orador: ... e a dizer que é mentira... Eu estou a ler um papel.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): É mentira o que disse!

O Orador: É mentira o que está aqui escrito?

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): O que o senhor disse!

O Orador: Sr. Vice-Presidente, se o senhor me chama mentiroso mais uma vez, vamos entender-nos a sério.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Eu não lhe chamei mentiroso!

Deputado Rogério Veiros (PS): Isso é uma ameaça!

Deputado Francisco César (PS): O Sr. Vice-Presidente disse que a interpretação não é correta!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados façam o favor...

O Orador: Eu estou a ler. Não estou a fazer interpretação nenhuma!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima agora sou eu que estou no uso da palavra. Sras. e Srs. Deputados quando a Presidente está no uso da palavra, agradecia que me ouvissem.

Voices dos deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Agradecia também que se mantivessem calmos porque estamos num debate que se pretende que seja audível.

Agradecia também que os apartes não incomodassem o uso da palavra; não entrassem em diálogo porque como sabem os apartes fazem parte desta casa.

Agradecia ao Sr. Deputado Artur Lima que fizesse o favor de terminar.

O Orador: Não vou terminar porque estou no uso do meu tempo Sra. Presidente e fui interrompido três vezes e altamente prejudicado no tempo.

Presidente: Sr. Deputado, não se preocupe porque a Mesa terá em atenção essa situação.

O Orador: Muito obrigado, Sra. Presidente.

Vou ler, outra vez o que está escrito neste papel.

Dizia eu “ ... bem como aos demais trabalhadores do setor público empresarial, comprometendo-se ainda a não aplicar medidas compensatórias, que visem aumentar os níveis de despesa projetada, em resultado daquelas medidas.

O Governo Regional compromete-se ainda a uma redução anual dos trabalhadores em funções públicas na Região, em linha com os objetivos do PAEF, que são 2%”.

Está escrito no PAEF e está tudo aqui escrito.

Portanto, se é mentira Sr. Vice-Presidente, foi o senhor que a escreveu. Se é mentira foi o senhor que a negociou. Não fui eu.

Já agora faça-lhe uma pergunta. O que é que no ponto 8, V. Exa. pretende fazer relativamente à renegociação dos contratos das Parcerias Público Privadas existentes nos Açores?

Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Isso é sobre o Orçamento de Estado!

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O sentido de voto do PSD não tem propriamente a ver com a minha intervenção que foi classificada de radical e palavrosa.

A posição do PSD estava previamente decidida. Aliás, o PSD utilizou todos os meios legítimos e ilegítimos para tentar impedir que este Projeto de Resolução subisse a Plenário nesta altura.

Mas também não estranho por parte da Representação Parlamentar do PCP, não há aqui nenhuma surpresa porque a Representação Parlamentar do PCP (e não só) conhece bem o *modus operandis* desse partido.

Mais, conhece também muito bem o *modus operandis* do agora candidato a líder do PSD.

Sr. Deputado Duarte Freitas, V. Exa. não vai votar a minha intervenção. V. Exa. vai votar contra um Projeto de Resolução onde tem ...

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aparte inaudível)

O Orador: Sr. Deputado, o senhor quer ouvir? Tenha respeito pelo povo açoriano. Aquilo que o senhor vai votar contra não foi aquilo que eu disse daquela tribuna.

O que o senhor vai votar é contra isto: “a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores rejeita a pretensão do Governo da República de fazer rever as receitas da sobretaxa do IRS para o Orçamento de Estado”.

Isto é que Vs. Exas. vão votar contra. Isto Sr. Deputado Artur Lima é que Vs. Exas. vão votar conta. Isto e mais.

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores considera inaceitável “a pretensão do Governo da República de rever significativamente as responsabilidades da RAA, enquanto entidade empregadora, ao aumentar as contribuições da Caixa Geral de Aposentações em 33%, por constituir sobremaneira uma violação dos compromissos assumidos em matéria de equilíbrio orçamental entre o Estado e a Região, aliás, ferindo até o espírito do famigerado Memorando”.

É preciso que o povo açoriano perceba. É contra isto que o PSD e o CDS/PP vão votar contra. Não é contra as palavras que eu proferi daquela tribuna.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Deputado José San-Bento e Francisco César (PS) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O que hoje está aqui em debate é a análise que a Assembleia fará ao Orçamento de Estado, no que concerne àquilo que o Orçamento de Estado especificamente afeta ou diz respeito aos Açores.

Por isso não é, e espero que nunca seja, guerrilha, defender os Açores e defender os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Nós não confundimos diálogo com o abdicar dos princípios intransigentes de defesa da nossa Autonomia e dos interesses da Região. Dialogar é uma coisa e estaremos sempre disponíveis, como temos feito, para o diálogo, mas o diálogo não implica nem amortece a defesa dos nossos interesses.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: O que estamos aqui hoje a fazer e aquilo que apelo a todos os partidos que façam é que se concentrem naquilo que nos interessa. O que interessa aos açorianos são as matérias do Orçamento de Estado que afetam os Açores e afetam os interesses dos Açores.

Portanto, vamos concretamente a essas situações. O Orçamento de Estado inclui duas normas que aumentam significativamente os custos para os Açores e para os açorianos, nomeadamente um aumento superior a 33% das transferências para a Caixa Geral de Aposentações, em relação aos funcionários da Administração Pública Regional, ou seja, o que essa norma do Orçamento de Estado diz é que do Orçamento da Região irá haver um aumento de 33% das despesas com pessoal, nesta componente para financiar o Orçamento de Estado, ou seja, estamos a tirar recursos aos Açores para transferi-los para o continente. É sobre isto que esta Assembleia se deve pronunciar.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para reformas das pessoas!

Deputada Berta Cabral (PSD): Quais reformas?

O Orador: Em segundo lugar, o que o Orçamento de Estado diz é que as despesas dos doentes dos Açores, que são tratados no continente, pela primeira vez, passam

a estar em lei, passam a ser despesa da Região. Ou seja, o que este Orçamento de Estado diz é que os doentes dos Açores já não são abrangidos pelo Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É sobre isto que esta Casa se tem que pronunciar. Curiosamente o mesmo Orçamento de Estado diz que quando são utentes da ADSE nacional que se tratam nos Açores, aí, os Açores já fazem parte do Serviço Nacional de Saúde.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, quando é para o Estado assumir as suas responsabilidades os Açores não são do Serviço Nacional de Saúde, quando é para nós assumirmos as responsabilidades do Estado, já somos do Serviço Nacional de Saúde. É sobre esta matéria que esta Assembleia se deve pronunciar.

Terceiro aspeto: este Orçamento de Estado inclui uma norma que retira à Região uma receita própria da região, que é a sobretaxa de IRS, ou seja, viola a Constituição e o Estatuto Político-Administrativo da Região ao retirar, por via do Orçamento de Estado, uma receita que é receita própria da região.

É sobre esta matéria grave que nós nos devemos pronunciar.

Quarto aspeto: este próprio Orçamento de Estado inclui normas que violam o nosso Estatuto e a nossa Constituição no que concerne a matérias que são da gestão e da responsabilidade gestonária exclusiva da Administração Pública Regional, violando assim o nosso enquadramento de competências definido no Estatuto e na Constituição.

Por isso o que aqui nos deve unir, o que devia aqui nos unir e criarmos uma força única, é sobre a defesa dos Açores e dos açorianos e sobre a união contra estas violações constitucionais, contra estas violações estatutárias e particularmente contra esta tentativa de retirar receita aos Açores, de imputar aos Açores mais despesa para corrigir o desequilíbrio orçamental que é, única e exclusivamente, da responsabilidade do Governo da República.

Deputada Catarina Moniz Furtado (PS): Muito bem!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Por isso mais do que oratórias de debates ou tentativas de desviar os assuntos para outras matérias que nada, absolutamente nada, têm a ver com o que está em causa, faço mais este apelo, que possamos unirmo-nos todos neste momento importante de defesa dos Açores e de defesa dos açorianos.

Neste contexto, lembrava que o PSD, pelo menos, foi às últimas eleições regionais, dizendo que os Deputados do PSD-Açores iriam votar contra o Orçamento de Estado.

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: Foi isso que os açorianos sabiam no momento das eleições.

Curiosamente, talvez por distração (acredito que seja apenas por distração), na votação inicial do Orçamento de Estado, uma semana a seguir às eleições, fizeram o contrário do que tinham dito na semana anterior às eleições.

Mas estão a tempo de voltar a cumprir o seu compromisso com os açorianos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não acredito!

O Orador: É esse apelo que aqui deixo: que nestas matérias essenciais para a defesa dos Açores, da nossa autonomia, mas particularmente para a defesa daquilo que é o futuro dos açorianos, o PSD e o PP ponham os interesses dos Açores à frente das conjunturas e interesses partidários nacionais.

Por outras palavras, tenha o PSD e o CDS/PP dos Açores alguma voz no contexto nacional.

Estão a tempo de fazê-lo. Estão a tempo de o fazer hoje e segunda-feira nas votações na especialidade.

Todos estes artigos que aqui referi têm propostas concretas de alteração a serem votadas hoje e segunda-feira.

Espero que o PSD e o CDS/PP estejam à altura daquilo que os açorianos neles também confiam e que se juntem a todos na defesa dos Açores.

Se na especialidade essas propostas de alteração não forem aceites, tenham a coragem, os Deputados do PSD-Açores, de fazer aquilo que se comprometeram antes das eleições de 14 de Outubro, ou seja, cumprindo a sua palavra, votando

contra este Orçamento de Estado, porque é a única maneira que temos de defender os Açores e os açorianos.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada Sr. Vice-Presidente.

A Mesa não tem mais inscrições.

Não havendo mais inscrições podemos dar por concluído o debate, pelo que estamos em condições de colocar à votação o Projeto de Resolução apresentado pelo PCP.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado com 31 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE, 1 voto a favor do PCP, 20 votos contra do PSD, 3 votos contra do CDS-PP e 1 voto contra do PPM.

Presidente: O Sr. Deputado Paulo Estêvão pede a palavra para?

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Para uma declaração de voto, Sra. Presidente.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Eu disse, em conferência de líderes, que não participava neste debate e não participei, mas tenho a obrigação de explicar aos açorianos aquele que foi o posicionamento do PPM em relação a esta questão.

A questão é a seguinte:

É verdade que no âmbito das nossas competências, do ponto de vista constitucional e estatutário, temos, devemos e é de grande interesse para a Região Autónoma dos Açores pronunciarmo-nos sobre o Orçamento de Estado.

Acontece que eu considero que este direito e este dever de pronúncia, deve ser realizado sem que exista nenhum condicionalismo e contextualização do ponto de vista ideológico.

O que aconteceu aqui não foi uma pronúncia neutral do Parlamento dos Açores.

O que aconteceu aqui foi que temos uma visão política e ideológica de um partido, um partido que os portugueses derrotam desde 1974, um partido que significa uma franja muito minoritária da sociedade portuguesa e da sociedade açoriana.

Esse partido condicionou totalmente a leitura do Parlamento dos Açores em relação ao Orçamento de Estado.

Esse partido apropriou-se, na minha perspetiva, ilegitimamente, do ponto de vista político, de uma capacidade de pronúncia, estatutária e constitucional, mas não condicionada por uma determinada ideologia.

Estranho muito que o Partido Socialista em relação a esta matéria tenha sido absolutamente conivente.

O que aconteceu aqui em relação a esta questão foi que, até hoje, na história do Parlamento do Açores, o Parlamento dos Açores pronunciou-se sempre, sempre, com uma visão absolutamente autonómica, uma visão pluralista, uma visão absolutamente em defesa da autonomia.

Isto aconteceu sempre em sede de comissões e noutros planos do ponto de vista político, institucional e estatutário.

Nunca uma pronúncia foi feita com uma limitação, com uma contextualização ideológica que deixa uma parte dos açorianos, uma parte dos partidos políticos dos Açores de fora desse debate.

Como é que querem que alguém vote a favor de um determinado Projeto de Resolução quando esse Projeto de Resolução começa logo por criticar determinada franja ideológica?

É evidente que isto não é sério.

O que aqui foi feito hoje foi um mau serviço à Autonomia dos Açores, porque vamos continuar nos próximos anos a pronunciarmo-nos sobre o Orçamento de Estado, mas vamos pronunciarmo-nos não de acordo com uma determinada ideologia, mas ao serviço do povo dos Açores, de todo o povo dos Açores.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

O Sr. Deputado Artur Lima pede a palavra para?

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Para uma declaração de voto.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos hoje, neste Parlamento, com a anuência e cumplicidade inaceitável e incompreensível do Partido Socialista, a que este Parlamento se pronuncie sobre um documento, em nome desta casa, por proposta de um partido radical, de extrema-esquerda e que o Partido Socialista deu total cobertura.

É bom lembrar que o Memorando de Entendimento entre o Governo Regional e o Governo da República diz, e repito, que “o Governo Regional dos Açores compromete-se a aplicar na Região Autónoma dos Açores todas as medidas prevista em Lei do Orçamento de Estado”.

Aliás, se formos até ver as propostas de alteração no Orçamento de Estado, por exemplo, os subsídios pagos aos notários e pessoal da justiça, não é pago exatamente porque existe um Memorando de Entendimento entre o Governo da República Portuguesa e o Governo da Região Autónoma dos Açores.

Não é pago nos Açores, nem é pago na Madeira (artigo 107º e artigo 108º do Orçamento).

Estamos aqui perante um número de chicana política do Partido Socialista.

A chicana vai ao ponto que sobre este Memorando de Entendimento, escondido desta Casa, ...

Deputado Francisco César (PS): Isso é falso!

O Orador: ... foi suficiente a Comissão de Economia pronunciar-se e avisada de um dia para o outro.

Sobre uma pronúncia sobre o Orçamento de Estado, o Partido Socialista não quis que fosse a Comissão de Economia a pronunciar-se sobre o assunto.

Deputado Luís Silveira (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Mas sobre este Memorando o Partido Socialista não o quis trazer à discussão à Casa primeira da Autonomia e discuti-lo democraticamente num debate aberto nesta Casa.

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Isso prova a consistência e a coerência do Partido Socialista.

Lições, meus senhores, não recebemos dos senhores, porque não têm, como demonstraram hoje com esta aliança espúria com o Partido Comunista Português. Os senhores perderam toda a credibilidade.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Desculpas de mau pregador!

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

A Sra. Deputada Zuraída Soares tinha pedido a palavra para uma declaração de voto? Tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

De facto, as alianças são sempre espúrias quando não nos interessam, porque quando nos interessam deixam de ser espúrias e são absolutamente legítimas e bem-vindas.

Eu queria deixar duas coisas claras nesta declaração de voto.

Primeira: não me senti minimamente condicionada no meu voto e na apreciação do Projeto de Resolução que estivemos a debater. Não o fiz por qualquer forma de condicionamento. Sobre esse aspeto queria tranquilizar o Sr. Deputado Paulo Estêvão, de que na realidade o meu sentido de voto e a minha apreciação não têm nada de condicionamento.

Foi feita em plena liberdade e em plena consciência.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Claro! Está de acordo!

A Oradora: Dizer também que não aceito que façam nesta Casa juízos de valoração ou de legitimidade de quem pode ou não apresentar iniciativas parlamentares. Era o que mais faltava que agora fossemos nesta Casa dizer que quem tem 85 votos não pode apresentar um Projeto de Resolução, mas quem tem 15 mil ou 20 mil o pode fazer.

Meus senhores e minhas senhoras, Srs. Deputados, Sras. Deputadas:

A democracia obriga-nos a outro tipo de elevação, obriga-nos a outro tipo de clareza...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Eu não disse isso!

A Oradora: ... no nosso discurso.

Para terminar, dizer também que não aceito que nesta Casa se branqueiem as políticas do Governo da República e os atentados do Governo da República à nossa Autonomia, aos nossos direitos e a décadas de desenvolvimento, branquear essa política e atacar a política do Governo do Partido Socialista.

Não porque nesta Casa não se possa fazer oposição e não se deva. É esse o objetivo desta Casa. É esta a razão de ser desta Casa. É fiscalizar e criticar as políticas do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores. Mas isso não nos impede. Pelo contrário, obriga-nos a fazer exatamente o mesmo, com a mesma clareza, com a mesma coragem e a mesma frontalidade quando aquilo que está em causa é as políticas criminosas do Governo da República.

Não é possível atacar uns, ao mesmo tempo que nos escondemos com medo das divergências partidárias e em nome de consensos que neste momento concreto estão apenas a prejudicar, e vão continuar a fazê-lo, nas nossas populações.

A extrema-direita radical, por muito que venha discursar e tentar arranjar manobras de diversão, nunca o conseguirá, porque os açorianos e açorianas sentem nas suas vidas, sentem nos seus bolsos, sentem na sua qualidade de vida e na ausência de esperança as consequências das políticas do Governo da República e não é possível deixar de as criticar.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

O Sr. Deputado Francisco César pediu a palavra para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

O Partido Socialista vota a favor deste Projeto de Resolução não por querer fazer alguma aliança, ...

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados, o Sr. Deputado Francisco César está a fazer uma declaração de voto. Faça favor.

O Orador: ... não por querer fazer tática política. Nós votamos a favor deste Projeto de Resolução porque estão em causa os direitos dos Açores, porque está em causa a nossa terra.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Uma visão ideológica!

O Orador: Se para isso for necessário coligarmo-nos ou votarmos com o Bloco de Esquerda e com o PCP, pois bem, Srs. Deputados, com muito bom grado estaremos ao lado deles.

Pena tenha que os Srs. Deputados, quando estavam em causa assuntos como o aumento dos encargos para a Segurança Social, quando estão em causa assuntos como os açorianos terem que pagar para aceder ao Sistema Nacional de Saúde, quando estão em causa assuntos como receitas de IRS...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Acham normal?

O Orador: ... que são nossos por direito, os senhores preferiram estar subjugados a Lisboa, preferiram estar cúmplices com Lisboa, preferiram estar a fazer política partidária em vez de defender os nossos Açores.

Pois bem, Srs. Deputados, não contem connosco.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Isso foi o que o senhor fez!

O Orador: Nós continuaremos a defender os Açores com quem quiser estar connosco.

O convite mantém-se de pé.

Tenho pena que os Srs. Deputados prefiram a política partidária a defender a nossa terra.

Muito obrigado.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Sras. e Srs. Deputados, vamos fazer um intervalo.

Regressamos às 11 e meia.

Eram 11 horas e 20 minutos.

Presidente: Srs. Deputados, agradeço que ocupem os vossos lugares para reiniciarmos os nossos trabalhos.

Eram 11 horas e 38 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, entramos agora no ponto 3 da nossa Agenda, que foi incluído por via do requerimento que aprovámos no início desta reunião: **Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 7/X – “Pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas (LFRA)”**, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS, PSD e CDS/PP e Representações Parlamentares do BE e PCP.

Pergunto se algum dos subscritores quer fazer a apresentação ou se passamos de imediato para a votação?

Não havendo inscrições passamos para a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão foi aprovado, pelo que podemos entrar assim no último ponto da nossa Agenda.

Os tempos para este debate também foram definidos em conferência de líderes.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Secretários:

Serei breve.

Julgo que o Projeto de Resolução que apresentamos aqui é perfeitamente claro naquelas que são as nossas preocupações sobre esta matéria.

Tendo em conta as afirmações tornadas públicas do Sr. Ministro das Finanças e a vontade por parte do Governo da República de rever a Lei das Finanças Regionais até ao fim do ano e tendo em conta que estamos reunidos em sede de plenário também hoje devido ao ponto que discutimos anteriormente, entendemos ser adequado colocar na ordem de trabalhos um ponto referente à revisão da Lei das Finanças Regionais que acautele desde já uma posição conjunta, forte e unânime deste Parlamento sobre aquelas que são as nossas principais preocupações no âmbito desse processo de revisão.

Também não posso deixar de referir e de saudar o consenso que foi conseguido entre todos os partidos políticos nesta matéria.

Ao longo dos últimos dias afirmámos sempre a necessidade de nos concentrarmos naquilo que verdadeiramente é relevante e naquilo que verdadeiramente interessa nas atuais circunstâncias, ou seja, pôr de parte as críticas estereis e o combate estéril partidário e afirmar de forma unida e forte as nossas principais preocupações e a defesa dos Açores e dos açorianos.

O Partido Socialista tentou promover este consenso. Contribuiu também ativamente para esse consenso e nesse âmbito teve um *feedback* muito positivo da parte da grande maioria dos partidos aqui representados, garantindo desde já uma proposta e um Projeto de Resolução do conjunto de 5 dos 6 partidos que aqui estão.

Já tivemos oportunidade de o afirmar ao longo dos últimos dias que está em causa também, tendo em conta a situação atual do nosso país, a arquitetura atual do Estado e o respeito existente pelo nosso Estatuto Político-Administrativo e pelas regiões autónomas.

Também está em causa, no curto prazo, a sustentabilidade da nossa autonomia.

A Lei das Finanças Regionais tendo a importância que tem, sendo o instrumento fundamental que é no âmbito das relações financeiras entre as Regiões Autónomas e o Estado Português, assume, quanto a nós, uma importância vital. Entre outras questões, naquelas que são para nós as mais relevantes, refiro-me à manutenção do diferencial fiscal e também à importância que nós atribuímos às transferências do Orçamento de Estado.

Tendo em conta estes tempos difíceis;

Tendo em conta também o péssimo exemplo que infelizmente a Região Autónoma da Madeira tem dado neste âmbito;

Tendo em conta também que todos nós, unidos, temos que afirmar essa diferença e a diferença que sempre teve os Açores e a Madeira no âmbito da gestão das nossas contas pública, parece-me que esta proposta é pertinente e parece-me que é fundamental sair daqui uma posição forte, unânime e conjunta entre todos os partidos, para que sejam cada vez menos evidentes as subversões que infelizmente acontecem e as injustiças até mediáticas ao nível nacional que acontecem permanentemente relativamente aos Açores.

Nós tivemos um papel, uma ação política diferente daquilo que se passa na Madeira e não podemos, por isso, ser colocados no mesmo saco da irresponsabilidade e da despesa excessiva para o Estado.

Note-se, por exemplo, e isso foi visto ao longo desta semana e também (é preciso dizê-lo) ao longo da pré-campanha e da campanha eleitoral:

Tentavam alguns – e permitam-me a expressão –, com alguma desonestidade política intelectual, colocar no mesmo saco o empréstimo que foi pedido no âmbito Memorando de Cooperação entre o Governo dos Açores e o Governo da República com o Plano de Resgate e de Assistência Financeira que foi feito à Madeira na ordem dos 1.500 milhões de euros. Ao que parece (notícias recentes) haverá um reforço na ordem dos 1.100 milhões de euros, (imaginem-se, 1.100 milhões de euros!) à Madeira, tentando contrariar o autêntico colapso financeiro e social que infelizmente os nossos concidadãos madeirenses estão a atravessar.

Nesta matéria é preciso união, mas é preciso também honestidade política e intelectual, ter a capacidade e a coragem de não colocar no mesmo saco os Açores

e a Madeira neste âmbito, porque lá, em Lisboa, no Terreiro do Paço, todos nós, infelizmente, temos camaradas e companheiros de partido que não hesitam em fazê-lo.

Isso só pode ser contrariado se todos nós, no Parlamento dos Açores, se todos nós nos órgãos de Governo próprio dos Açores, contrariarmos essa perspectiva e continuarmos a fazer a pedagogia da importância que têm as regiões autónomas e, no caso em particular, os Açores, para o nosso país.

O Partido Socialista, aqui, continuará a trabalhar nesse sentido no âmbito das suas funções e sempre que for necessário promover este tipo de consensos em defesa dos interesses da nossa Região e, sobretudo, em defesa dos nossos concidadãos dos Açores.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Duarte Freitas.

(*) **Deputado Duarte Freitas (PSD):** Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Cá estamos no final desta semana de trabalhos parlamentares mantendo uma postura serena, tranquila, adulta e madura.

Sra. Presidente, quero dizer-lhe que pode contar com este Grupo Parlamentar sempre nesta postura serena, adulta e madura, como estivemos neste plenário.

Cá estamos também para continuar a contribuir naquilo que são processos lineares, naquilo que são processos institucionalmente corretos para contribuir para defender os interesses dos Açores.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

O Orador: Este Projeto de Resolução merece a nossa subscrição, o nosso apoio e aplauso.

Quero aqui também deixar marcada qual é a postura de novo do Partido Social Democrata dos Açores.

Ainda ontem tivemos aqui oportunidade de dizer e elencar, entre outras que podem surgir, um conjunto de matérias de regime e um conjunto de matérias de governação que estamos disponíveis para discutir e que estamos disponíveis para colaborar a bem dos açorianos.

Também estamos disponíveis para colaborar em todas as matérias como esta de defesa da nossa Autonomia.

Sabemos bem que foi o Memorando da Troika que impôs a Revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Ah, pois!

O Orador: Sabemos bem o que está em causa. Sabemos bem por que é que tal aconteceu.

Isso, neste momento, não é o mais importante.

Neste momento, o mais importante, minhas senhoras e meus senhores, é defendermos os interesses da Autonomia.

O PSD-Açores, sempre que houver processos corretos, lineares, limpos, de defesa verdadeira do que é o interesse da Região Autónoma dos Açores, estará na primeira linha para o fazer.

Criticaremos o Sr. Presidente do Governo e o Governo quando acharmos que não estão a seguir pelo caminho correto, quando acharmos que não têm políticas corretas, quando acharmos que erraram. Mas também a nossa disponibilidade, como já ficou aqui ontem demonstrado, vai no sentido de tudo podermos fazer, no momento especial de crise económica e social nos Açores, talvez a maior do nosso regime autonómico, para colaborar, não na defesa do Governo, não na defesa de um partido, mas na defesa dos interesses dos açorianos.

Deputado António Marinho (PSD): Muito bem!

O Orador: O nosso combate, como disse, não é contra o Governo dos Açores, é a favor dos açorianos.

Agora é bom também que se perceba que os açorianos não são do Governo. O Governo é que é dos açorianos.

Todos nós, como partidos políticos, temos que ter esta postura de saber o que é mais importante.

Penso que verdadeiramente mais importante do que qualquer um de nós, do que qualquer partido, são os açorianos e as açorianas para quem trabalhamos.

É bom que nunca nos esqueçamos disto, sempre com a postura serena, tranquila e adulta. Não podemos ter aqui síndromas de *Benjamin Button*.

Temos que ter aqui posturas adultas, serenas, tranquilas para que defendamos verdadeiramente aquilo que são os interesses dos açorianos e das açorianas.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Sra. Deputada Zuraida Soares.

Deputada Zuraida Soares (BE): Obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou tentar estar à altura deste repto lançado pelo Sr. Deputado Duarte Freitas...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... e esclarecer e falar à câmara de uma forma serena, adulta e madura.

O Bloco de Esquerda congratula-se pela unidade conseguida, em defesa dos Açores, através da subscrição, quase unânime, deste Projeto de Resolução, o qual defende (entre outras coisas) que “a alteração da Lei de Finanças das Regiões Autónomas impõe a necessidade de encontrar um consenso que consolide as regras legais para atribuição dos recursos necessários ao cumprimento das funções e atribuições a cargo das Regiões Autónomas”.

Ainda bem que, finalmente, foi possível encontrar o referido “consenso”. Contudo, não deixamos de pensar que este mesmo consenso poderia e deveria ter sido alcançado há muito mais tempo. A eventual diminuição de transferências do Orçamento de Estado para a Região Autónoma dos Açores, a par da possível redução do atual diferencial fiscal para o resto do território nacional – com todas as trágicas consequências sociais e económicas que daí adviriam – configuram um

brutal e injusto ataque à Autonomia dos Açores. Como tal, deveriam ter obrigado a uma rápida e imediata resposta, em defesa dos Açores, ao invés da mesma ter soçobrado – pelo menos, até hoje – a calendários político-partidários, porque um bem maior está, de facto, em causa.

Não temos dúvidas de que esta pronúncia, por iniciativa própria, da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, sobre a revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas colide, frontalmente, com um Governo da República que não tem só uma matriz liberal, no seu pensamento económico. A ela se junta, sobretudo, uma matriz conservadora, bem na esteira da direita tradicionalista portuguesa. E é, exatamente, com base neste tipo de matriz que o Governo PSD/CDS aproveita a crise da dívida,...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Isso é falso!

A Oradora: ... como subterfúgio do seu verdadeiro pensamento ideológico.

Seja maduro, adulto e sereno, Sr. Deputado...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... aceda ao apelo que foi apelo que foi feito nesta câmara.

Por isso, o ataque à Autonomia vem acompanhado, não só do ataque aos direitos dos/as trabalhadores/as, mas também das tentativas – até agora, goradas – de coartar os direitos individuais. E é por ser esta a essencial matriz do Governo da República que o mesmo, nos discursos e já nos atos, é um perigoso inimigo da Autonomia. Mais uma razão para ser demitido, dizemos nós.

Reconhecendo, embora – até pela experiência do ano corrente -, que os motivos que desembocaram, neste Projeto de Resolução conjunto, não são os mesmos para todos os seus subscritores, o valor supremo da defesa da Autonomia é o que, verdadeiramente, importa, aqui e agora.

E, nessa batalha, os/as Açorianos/as contarão sempre – mas sempre! – com o Bloco de Esquerda.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Não vou, de todo, responder ao repto do Deputado Duarte Freitas, mas não posso deixar de comentar o seguinte.

O Deputado Duarte Freitas falou que o PSD é sereno, tranquilo, adulto e maduro. Não terá sido por acaso que faltou lá a palavra “lealdade” e não terá sido por acaso que faltou lá outra expressão “fidelidade à defesa dos interesses do povo açoriano e fidelidade à defesa da autonomia regional”. Não terá sido por acaso.

Dou-lhe já um exemplo, Sr. Deputado Duarte Freitas. Relativamente à matéria que estamos hoje a discutir e que foi consensualizada entre 5 dos partidos desta câmara, mas que V. Exa. não se coibiu ontem, depois de termos passado aqui quase três dias, em que o PSD denotou o estado de nojo em que está imbuído, depois de já não poder haver contraditório, ir para a tribuna fazer aquele lamentável discurso que fez e designadamente nas suas primeiras seis questões de regime que considera de crucial importância, ter ido para a crista da onda, antecipando um anúncio desta iniciativa. Denota bem por que é que a palavra lealdade não está na enunciação que V. Exa. fez da postura do PSD, neste Plenário. Quanto a radicalismos, eu sou de facto um radical...

Deputado Jorge Costa Pereira (PSD): Depois das jogadas vêm falar de lealdade!

O Orador: ... e agradeço-lhe muito quando V. Exa. se dirige a mim como a esquerda e a extrema-esquerda radical.

Sou radical porque ser radical é ir à génese do problema, é ir à raiz do problema.

Sou radical também porque estou radicalmente comprometido com a defesa do povo açoriano que foi quem me legitimou para estar aqui.

Relativamente à matéria que estamos aqui a discutir queria dizer o seguinte: sou radical, mas também sou capaz de encontrar consensos.

A pronúncia que eu subscrevi, que a Representação Parlamentar do PCP subscreveu, não é de todo idêntica àquela que é a posição da Representação Parlamentar do PCP, mas em nome da defesa da autonomia regional, em nome da defesa do povo açoriano, o PCP abdicou da sua posição de princípio e subscreveu,

para alargar o consenso, este Projeto de Resolução, esta pronúncia de iniciativa própria da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Presidente: Obrigada Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigado, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

É preciso recuarmos algum tempo atrás, em primeiro lugar, quando foi a primeira alteração da Lei das Finanças Regionais, onde efetivamente o CDS orgulha-se de ter estado na primeira linha na defesa das finanças regionais e ter defendido até, intransigentemente, uma diferenciação positiva para os Açores em relação à Madeira.

Deputada Zuraida Soares (BE): Mas esteve sozinho!

O Orador: Essa diferenciação positiva foi defendida na altura pelos Deputados do CDS, na Assembleia da República, e por proposta nossa até introduzimos o fator distância, que não existia na Lei das Finanças Regionais.

Deputada Zuraida Soares (BE): Está esquecido!

O Orador: Nós, serenamente, adultos e responsáveis, defendemos os Açores, distinguindo-os da Madeira. Foi isso que fizemos e continuaremos a fazer, porque entendemos que os Açores são uma realidade diferente da Madeira, nomeadamente, por exemplo, no pagamento das compensações indemnizatórias no transporte inter-ilhas.

Portanto, de uma maneira adulta, responsável, nós defendemos isso. Mas também de uma maneira adulta, responsável e serena, queremos aqui avivar a memória às pessoas, a esta câmara, aos açorianos do que vem no Memorando da Troika.

No Memorando está escrito (Sr. Vice-Presidente vou ler o que está escrito): “propor a alteração à Lei das Finanças Regionais, a fim de limitar a redução das taxas de IRC nas Regiões Autónomas ...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Não o aconselhava a ir por aí!

O Orador: ... a um máximo de 20%, quando comparadas com as taxas aplicáveis no continente”.

Outro ponto: “propor a redução das taxas em sede de IRS nas Regiões Autónomas, ao máximo de 20%, quando comparadas com as taxas aplicáveis no continente”.

Um outro ponto: “propor a alteração à Lei das Finanças Regionais para a redução das taxas em sede de IVA nas Regiões Autónomas, ao máximo de 20%, quando comparadas com as taxas aplicáveis no continente”.

Portanto, ao contrário do que aqui foi dito, isto foi assinado em 17 de maio de 2011 e todos se lembram quem estava no Governo da República.

Registo a disponibilidade do Dr. Catroga, do Dr. António Borges, que estava no FMI, do Engº. José Sócrates, enfim, mais alguns.

O que interessa hoje é que estamos aqui serenamente, numa postura adulta e responsável a defender os interesses dos açores.

É isso que vamos fazer. É para isso que o CDS cá está e pode o Governo dos Açores contar, aliás como já contou no passado como muito bem sabe o Sr. Vice-Presidente, para a defesa intransigente dos interesses dos Açores, ao contrário de outros que com a tal postura responsável, adulta, madura e serena, não defenderam os Açores intransigentemente.

O CDS defendeu no passado, defende no presente, defenderá no futuro, naquilo que seja as suas possibilidade de o fazer.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: A proposta de Resolução que temos aqui para análise, considero e o Governo considera que é uma proposta extremamente importante de ser colocada neste momento, neste preciso momento, e que tem consequentemente uma pertinência fundamental para o enquadramento financeiro e orçamental do futuro da nossa Região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Efetivamente é necessário rever a Lei de Finanças Regionais, mas é também necessário e fundamental que essa revisão se limite exclusivamente àquilo em que a Lei de Finanças Regionais está desajustada das leis de enquadramento orçamental do País e da União Europeia.

Neste contexto o que nos deve unir é lutarmos para que esta necessidade de revisão para a atualizar ao enquadramento orçamental europeu, não leve a tentações dessa revisão ir para além daquilo que está na base da sua necessidade de revisão. É este o ponto essencial.

Por isso gostaria de clarificar de uma forma muito precisa, em termos da posição do Governo dos Açores, sobre os limites dessa revisão.

Primeiro, adaptar a Lei de Finanças Regionais ao novo Tratado Orçamental da União Europeia;

Adaptar a Lei de Finanças Regionais à Lei de Enquadramento Orçamental do País;
Permitir que a Lei de Finanças Regionais enquadre um capítulo referente a regras orçamentais, nomeadamente à definição do limite de endividamento das Regiões Autónomas e às regras em termos de saldos orçamentais anuais;

Em quarto lugar, aperfeiçoar a Lei no que concerne à clarificação efetiva de como é calculada a transferência de receita de IVA, que é receita própria da Região.

São essas quatro situações onde a lei deve ser revista e apenas estas quatro.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Há mais uma!

O Orador: O Governo dos Açores considera que não se deve de maneira nenhuma alterar as formas de cálculo das transferências para as Regiões Autónomas e por uma razão muito simples e clara: a atual lei, com a atual forma de cálculo das transferências, tem já em si os mecanismos necessários e anuais para proceder ao ajustamento das transferências, em função da realidade macro económica do País e em relação à realidade orçamental do País, já que as transferências variam na proporção direta da variação da despesa corrente de Estado ou da variação do PIB do País, ou seja, são automaticamente ajustadas as transferências para as Regiões Autónomas, em função dum maior ou menor crescimento económico do País, ou dum maior ou menor controlo por parte da despesa de Estado.

Sobre essa matéria a atual Lei de Finanças Regionais, da forma que tem de cálculo das transferências do Orçamento de Estado, não constitui qualquer perigo para o País conseguir o seu ajustamento orçamental que necessita, porque automaticamente é feito também em relação às Regiões.

Outro aspeto essencial, que esta lei não pode ser mudada é em relação à margem do diferencial fiscal dos 30% que existe.

Dou quatro razões essenciais para isso.

O Sr. Deputado Artur Lima referiu que a 17 de maio de 2011, no Memorando assinado entre o Governo Português e a Troika e apoiado pelos partidos que agora estão no Governo, tinha essa diferença. Tem razão! Na altura tinha. Mas a 17 de maio de 2011 não havia, nem estava previsto no Memorando o aumento brutal do IVA, que aconteceu depois, nem o aumento brutal do IRS que vai acontecer.

Essas realidades não estavam previstas, e acredito na altura, ...

Deputados Berto Messais e Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Estavam, estavam!

O Orador: ... de boa-fé, nem o PSD nem o PP acreditavam, se não estariam a mentir aos portugueses, que teriam a necessidade de aumentar o IVA e o IRS.

Esse argumento não pode ser, de maneira nenhuma, usado porque na altura não estava previsto, nem ninguém previa o aumento do IVA e IRS que o Governo da República depois impôs aos portugueses.

É essa a diferença abismal e quem quer defender os Açores não deve, nem pode, utilizar esse argumento.

Segundo aspeto essencial: esse ajustamento de diferencial foi feito onde era necessário aumentar a receita fiscal.

De acordo com a análise posterior que a Troika fez às contas das duas Regiões Autónomas a conclusão foi clara: a Madeira tinha um grande desequilíbrio orçamental e precisava aumentar os impostos para aumentar a sua receita fiscal; os Açores tinham uma situação orçamental equilibrada e não precisavam de aumento de impostos.

Foi essa diferenciação que foi feita depois desta data, conjugada com o facto de nesse momento não se prever aumento de IRS e aumento de IVA, que o novo

Governo da República do PSD/CDS-PP fez, que faz com que essa abordagem que fez, com o devido respeito, está desatualizada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não está!

O Orador: Neste contexto importa dizer que, neste momento, quando esta semana, pelo segundo trimestre consecutivo, a Troika que esteve em Portugal a fazer a sexta avaliação trimestral, considerou que os Açores não careciam de qualquer cuidado ou análise na execução orçamental e que pelo segundo trimestre consecutivo dispensou a Região Autónoma dos Açores da avaliação trimestral, nós temos aqui o argumento decisivo para defender a manutenção desta diferenciação fiscal.

Efetivamente todas as entidades nacionais e internacionais reconhecem que os Açores não contribuíram para o problema do desequilíbrio orçamental do país, logo, não deve haver um esforço adicional dos açorianos para corrigir uma situação onde os Açores e os açorianos não contribuíram.

Essa mensagem é o património essencial na defesa dos direitos dos Açores e dos açorianos.

Sobre isto devemos estar todos unidos.

Mais do que andar aqui a discutir variações técnicas percentuais, o mais importante é que se o País e as entidades europeias e internacionais, que estão a acompanhar a situação financeira do País, reconhecem que os Açores não contribuíram para o desequilíbrio orçamental do País e que os Açores têm um equilíbrio orçamental, se isso é o nosso principal capital de confiança e o nosso principal património de reivindicação, não devem ser questões de interesse partidário, esse consenso que existe a nível nacional e internacional, ser destruído dentro da própria Região, quando é o nosso património principal fora da nossa Região.

Essa é uma lição que gostaria que aqui ficasse para todos. Em conjunto, possamos ter este património em defesa da nossa Região.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Uma lição! Disse uma lição?

Deputado Berto Messais (PS): Muito bem!

O Orador: Permita-me, para concluir, dizer o seguinte.

Gostaria de me congratular pela posição do PSD-Açores na defesa da atual versão da Lei de Finanças Regionais.

É bom sentir que o PSD evoluiu durante seis anos.

Em 2006, a 7 de novembro de 2006, quando a atual lei que o PSD hoje defende, foi aqui analisada em sede da Comissão de Economia, o mesmo PSD que hoje defende esta lei, na altura votou contra a lei, com base numa declaração de voto de dois Deputados que estão aqui presentes: o Deputado António Marinho e o Deputado Jorge Macedo. Dizia, é bom lembrar, que a atual Lei de Finanças Regionais que o PSD hoje defende, era uma Lei de Finanças Regionais que punha em causa a Autonomia dos Açores.

Felizmente sobre esta matéria tínhamos razão e felizmente sobre esta matéria o PSD já nos dá razão.

É essa razão que reforça a convicção que se havia dúvidas no passado sobre a eficácia desta lei, tínhamos razão há 6 anos e precisamos desta união para continuar a termos razão e termos ainda mais força para em conjunto defender esta lei.

Para sermos coerentes importa que fique aqui também um grande desafio sobre esta matéria: esta lei será votada na Assembleia da República, tal como o Orçamento de Estado que antes discutimos. A credibilidade não estará apenas nas palavras que acreditamos. Estará essencialmente nos atos.

Quer no momento em que o Orçamento de Estado for votado na Assembleia da República, quer no momento em que a Lei de Finanças Regionais for votada na Assembleia da República, que haja credibilidade naquilo que hoje aqui se diz.

Não esqueceremos estas posições e estaremos muito atentos ao voto dos Deputados representantes desses partidos, de todos os partidos que, em conjunto hoje dizem uma coisa e espero que tenham a coragem na Assembleia da República, através do seu voto, defender os Açores.

Não se defende os Açores apenas em palavras, defende-se os Açores em atos de coragem nos momentos necessários.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Registo que o Sr. Vice-Presidente, registou com agrado a avaliação positiva que a Troika fez da aplicação do Memorando a Portugal e da aplicação do PAEF que o Sr. Vice-Presidente, naturalmente, registou com satisfação.

Sr. Vice-Presidente, eu percebi mal, ou o senhor disse “lição”? Que nos estaria aqui a dar uma “lição”. Eu acho que percebi mal (que isto seja uma “lição” para todos). Julgo que foram essas as suas palavras.

Gostaria que o Sr. Vice-Presidente me esclarecesse.

Quanto ao resto também se esqueceu de referir (porque referiu) quem votou favoravelmente todas essas alterações em 2006 e em 2010...

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Não vou falar de 2010!

O Orador: Podemos também falar de 2010 e de uma cláusula que até dê mais uns milhõezinhos aos Açores, que foi a distância que se ignorava no continente entre o Corvo e a capital. O senhor sabe tão bem disso como eu.

Não quero esclarecimento nenhum seu, mas espero que não tenha sido uma lição que nos tenha dado.

Já ouvimos uma de cidadania, de bom comportamento, e tal. Era só o que faltava ouvirmos agora uma professoral.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A referência que eu fiz não foi a qualquer lição que eu tenha dado, mas quero dizer-lhe Sr. Deputado que eu, com a humildade que tenho, de reconhecer que

tenho muito para aprender, estou disponível para receber as lições que os Srs. Deputados me queiram dar, porque ainda tenho muito para aprender.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Não! Não!

O Orador: Dar uma “lição”, não foi isso que eu disse...

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Foi! Foi!

O Orador: ... mas se o senhor não está disponível para receber uma lição, eu estou disponível para receber todas as lições que preciso para me aperfeiçoar e ser ainda melhor.

Que fique claro, que dessa matéria de receber lições estaremos sempre disponíveis quando essas lições contribuírem para sermos melhor na nossa atuação, melhor no nosso dia-a-dia, em termos da atividade que defendemos.

Deputado Berto Messais (PS): Isto é que é humildade!

O Orador: Segundo aspeto, até aproveito a ocasião em que o senhor falou do PAEF.

Sobre essa questão que colocou, aproveitando uma intervenção anterior que o Sr. Deputado fez, num momento de declaração de voto, quero clarificar um aspeto, quando citou um artigo do Orçamento de Estado em relação ao Plano de Ajustamento Económico e Financeiro. Disse que esse Plano de Ajustamento Económico e Financeiro, dos Açores, é que era responsável pelo facto dos funcionários dos notários terem redução dos subsídios.

Quero dizer-lhe Sr. Deputado, conforme o Governo da República já o reconheceu, houve um engano nesse artigo da Lei de Finanças Regionais.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está lá escrito!

O Orador: Só há Programas de Ajustamento Económico e Financeiro para a rede pública e para a Madeira. Não há Programas de Ajustamento Económico e Financeiro dos Açores, logo essa terminologia que está aqui, está desajustada.

Deputado Artur Lima (CDS-PP): Está aqui!

O Orador: Como o senhor percebe só há Programas de Ajustamento Económico e Financeiro, um entre o Governo da República e a Troika e outro entre o Governo da Madeira e o Governo dos Açores.

Não há Programas de Ajustamento Económico e Financeiro entre o Governo Regional e o Governo da Republica, como o senhor reconhecerá.

Esta matéria que está aqui decorre....

Deputado Zuraida Soares (BE): Está aqui!

O Orador: Sra. Deputada não precisa trazer computador à frente. Toda a gente tem essa cópia. Esse artigo, nessa norma, está claramente errado.

Mais, estando errado tem uma grande vantagem: não havendo isso e não se alterando a redação, pura e simplesmente não se aplicará aos notários dos Açores, nem aos funcionários de notariado dos Açores, porque se se aplica em função duma coisa que não existe, não pode ser aplicada.

Portanto, é só essa a sugestão que gostaria de deixar ficar.

Deputado Zuraida Soares (BE): É a lógica aristotélica!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS-PP):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, é o que está nos artigos e que eu saiba até ontem às onze da noite não tinha havido nenhuma alteração a esses artigos.

O que lá estavam eram estes.

Se na votação forem alterados cá estaremos para ver (V. Exa. tem sempre uns canais privilegiados ao seu amigo Victor Gaspar que naturalmente lhe explicará melhor as coisas).

Deputado José San-Bento (PS): Olha! Olha!

O Orador: Se a sobretaxa vier deve ficar nos Açores, concordamos que sim. Mas já agora pergunto-lhe qual é a utilidade que o Governo Regional dos Açores lhe vai dar?

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Evidentemente, que a sobretaxa constituindo receita própria da região como é, e tendo em conta que foi criada para financiar a reposição do subsídio, será integralmente aplicada no pagamento desse mesmo subsídio, se constituir receita dos Açores.

Sei o que é que vai dizer a seguir e a seguir já vai ouvir a resposta.

(Risos dos Deputados do PS)

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) Deputado Artur Lima (CDS-PP): Obrigada, Sra. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Presidente, eu estou “menente”. Eu acho que o Sr. Vice-Presidente vai passar a vidente. Ele já adivinha o que é que eu digo, daqui a dias temos um vidente.

Então se já sabe o que é que eu vou dizer dê-me a resposta.

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS-PP e PSD)

Presidente: Obrigada, Sr. Deputado.

Parece-me que agora não há mais inscrições.

Vamos passar à votação do Projeto de Resolução.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretária: O Projeto de Resolução foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Dou a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para uma declaração de voto, suponho.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Eu devo explicar no Parlamento por que é que não fui subscritor e votei favoravelmente esta iniciativa.

A questão teve a ver fundamentalmente com o seguinte:

Eu considero que estas questões devem ser questões de autonomia e devem ser questões de grande responsabilidade institucional.

O que eu tenho verificado é que o Partido Socialista e o Governo Regional, em relação a esta matéria, e fundamentalmente no caso específico o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional, que transitou do anterior Governo e que tinha responsabilidades nesta matéria e que mantém na atual legislatura, não tem sempre o mesmo posicionamento em relação às questões que contam para a Autonomia.

Veja-se:

Eu lembro-me, e todos os que aqui estão se lembram, que provoquei um debate de urgência sobre o Memorando de Entendimento que estaria a ser negociado entre o Governo Regional e o Governo da República.

O que o Sr. Vice-Presidente na altura disse foi que não tinha nenhuma informação. Portanto, não podia transmitir nada a esta câmara.

Na altura até disse mais. Na altura foi até o próprio Presidente do Governo Regional em funções que referenciou que se existissem novidades (a existirem novidades), informaria esta câmara antes de assinar qualquer responsabilidade da Região Autónoma dos Açores em relação a um futuro acordo com o Governo da República.

O Governo Regional, como se sabe, não informou esta câmara das negociações em curso e das responsabilidades que pretendia assumir sozinho, sem o apoio de mais nenhuma força partidária, em relação ao Memorando de Entendimento.

É evidente que este comportamento foi absolutamente errado.

Agora, o Sr. Vice-Presidente já tem outra iniciativa, já tem outro posicionamento.

O que eu considero é que o Governo Regional e o Partido Socialista se comportam, em relação a estas matérias, não com uma postura do Estado, uma postura institucional, mas com tacticismos, com estratégias.

Quando é muito mau, não querem discutir, como é o caso do Memorando de Entendimento que o senhor sabia perfeitamente que aqui teria um chumbo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): O que é que isso tem a ver com uma declaração de voto?

O Orador: Tem tudo a ver, Sr. Vice-Presidente.

Está incomodado com a argumentação? Tem tudo a ver.

O Sr. Vice-Presidente na altura (e vou ser mais específico para perceber!) faltou à verdade. Não transmitiu a informação institucional, que o Sr. Vice-Presidente tinha na altura – já a tinha! – a esta câmara. Enganou esta câmara.

O que o Sr. Vice-Presidente pretende em relação a esta matéria é, pura e simplesmente, comportar-se com taticismo.

O PPM não está disponível! Não estamos disponíveis para ter um comportamento absolutamente institucional em todas as matérias.

O senhor transmite a informação que tem.

Nós apoiamos a Autonomia, mas não estamos disponíveis para seguir o taticismo do Governo Regional e do Partido Socialista em relação a este tipo de matérias.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Votou a favor ou contra?

O Orador: Também quero dizer-lhe, fundamentalmente, mais dois pontos para terminar.

Foi o Sr. Vice-Presidente que colocou a Região a jeito da situação em que nós estamos.

Foi o Sr. Vice-Presidente que vulnerabilizou a Autonomia...

Presidente: Sr. Deputado...

O Orador: ... ao assinar o Memorando de Entendimento.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, permita-me que lhe pergunte se esse é o argumentário que está a utilizar para a declaração de voto?

O Orador: Exatamente.

Presidente: Para a sua intenção de voto?

O Orador: A minha declaração de voto.

Presidente: Mas parece-me que está a interpelar diretamente o Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Exatamente. Estou a explicar a minha declaração de voto. A minha declaração de voto é por que é que eu votei favoravelmente.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Vasco Cordeiro): Pelo amor de Deus!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se percebeu nem se vai perceber!

Presidente: Mas o Sr. Deputado está a dirigir-se diretamente ao Sr. Vice-Presidente.

O Orador: Vou já terminar, Sra. Presidente.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isto é um abuso regimental!

O Orador: Porte-se de uma forma adulta.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estávamos a conduzir este debate de uma forma tão serena e responsável.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, agradeço que termine a sua declaração de voto. Relembro que o senhor não se pode dirigir diretamente ao Sr. Vice-Presidente, porque está a fazer uma declaração de voto.

O Orador: Sra. Presidente, muito obrigado.

Eu posso obviamente referenciar que não estou a pedir respostas.

Eu não posso fazer perguntas ao Vice-Presidente, mas posso referenciá-lo.

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): No debate esteve calado e poderia ter tido resposta.

O Orador: O Sr. Vice-Presidente não é o Deus Nosso Senhor.

(Risos de alguns Deputados da bancada do PSD)

Eu posso referenciar o Sr. Vice-Presidente em relação à declaração de voto que estou a fazer.

Agora, o que gostava de referenciar, e termino, era o último argumento que explica o meu sentido de voto.

O Sr. Vice-Presidente colocou a Região numa absoluta vulnerabilidade em relação à intrusão do Governo da República em questões essenciais da Autonomia.

Se o Governo da República pode, hoje em dia, ir além do que está no Estatuto, pode ir além do que está na Lei de Finanças Regionais e pode ir além do que está na Constituição, qual é o documento que permite esta intrusão do Governo da República? O Memorando de Entendimento! Esta intrusão é que vulnerabiliza.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o que é que isso tem a ver com a sua declaração de voto?

O Orador: Outra coisa fundamental e termino.

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: A enorme dependência que a Região está, porque a Região é muito dependente em termos de transferências do Orçamento de Estado...

Presidente: Sr. Deputado, tem de terminar.

O Orador: ... o enorme atraso da Região do ponto de vista económico, o facto de estarmos dependentes em 50% das verbas do exterior, é que nos coloca também nesta vulnerabilidade.

Isto também é da sua responsabilidade.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas o debate não acabou já?

Deputado Francisco César (PS): É uma vergonha!

Presidente: Sr. Deputado, queria dizer que o Sr. Deputado pediu a palavra para uma declaração de voto. Foi-lhe concedida.

O senhor teve oportunidade de participar no debate, como todos os outros partidos.

Portanto, tolerarei essa sua atitude hoje, mas como percebe...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu expliquei os meus argumentos!

Presidente: O senhor pode apresentar os seus argumentos mas não deve dirigir-se, porque sabe que neste momento nenhum dos Membros do Governo pode contra-argumentar em relação à sua posição.

Muito obrigada.

Vozes da câmara: Muito bem! Muito bem!

Presidente: O Sr. Vice-Presidente pede a palavra para?

Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila): Uma interpelação à Mesa, Sra. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo, Emprego e Competitividade Empresarial (Sérgio Ávila):** Eu gostaria de, nos termos do artigo 86.º, de interpelar a Sra. Presidente no sentido de saber e esclarecer esta Casa se havia algum impedimento regimental que impedisse o Sr. Deputado do PPM, Paulo Estêvão, de intervir

aquando do debate destes dois diplomas, no momento em que o Governo podia prestar todos os esclarecimentos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): A Sra. Presidente já esclareceu isso!

O Orador: Se havia algum impedimento que impedia o Sr. Deputado do PPM de ter utilizado da palavra, quando o Governo podia ter direito a resposta, o que o impediu de usar a palavra neste momento, dizendo o que disse ou dizendo o que quer dizer, e que impede o Governo de responder.

Vozes da câmara: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigada, Sr. Vice-Presidente.

Disso mesmo já tinha dado conta ao Sr. Deputado Paulo Estêvão.

Para uma declaração de voto tenho inscrita a Sra. Deputada Zuraída Soares.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Muito obrigada.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente:

Uma declaração de voto muito curta apenas para dizer o seguinte:

Uma coisa é uma coisa; outra coisa é outra coisa.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Deputado Ricardo Cabral (PS) e Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Não havendo mais inscrições, gostaria de dizer às Sras. e Srs. Deputados, que qualquer um destes Projetos de Resolução que foram aprovados por este plenário significam um esforço extraordinário para que consigamos cumprir com os prazos para a Assembleia da República, pelo que alerto desde já as Sras. Redatoras para a urgência no diário desta Reunião.

Está terminada a Agenda da Reunião, mas antes de encerrarmos os nossos trabalhos sugiro que seja colocada à votação a seguinte proposta de deliberação:

“A Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores propõe que a Assembleia declare finda a sessão plenária extraordinária de Novembro”.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de deliberação foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Dou por concluídos os nossos trabalhos não sem antes agradecer a todos os que me dirigiram felicitações no decorrer destes trabalhos. A todos o meu profundo agradecimento. Retribuirei com dedicação, trabalho, aprendizagem e acima de tudo confirmam a responsabilidade de que fui investida. Da minha parte apenas poderei dizer que honrarei este lugar.

Agradeço também por isso, porque sem a vossa colaboração não seria possível, a forma como decorreram estes trabalhos e a forma como soubemos elevar o debate. A todos, o meu muito obrigada e desejo a todos uma boa tarde e um bom regresso a casa.

Eram 12 horas e 31 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

José Carlos Gomes San-Bento de Sousa

Pedro Miguel Medeiros de Moura

(*) Texto não revisto pelo orador.

A redatora: Maria da Conceição Fraga Branco

P'la redatora: Noélia Escobar